

 <b>ANEXO III: BDI</b> <b>BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS</b> <b>REFORMA DPF/JVE</b>		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%
2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	2,27%
3	DESPESAS FINANCEIRAS	1,25%
4	TRIBUTOS	10,24%
5	LUCRO	6,16%
<b>BDI ADOTADO</b>		<b>27,25%</b>
DETALHAMENTO		
2	<b>SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS CONSIDERADOS</b>	<b>TAXA (%)</b>
2.1	Seguros + Garantias	1,00%
2.3	Riscos	1,27%
	<b>TOTAL</b>	<b>2,27%</b>
4	<b>TRIBUTOS CONSIDERADOS</b>	<b>TAXA (%)</b>
4.1	ISS	2,09%
4.2	PIS	0,65%
4.3	COFINS	3,00%
4.4	CPRB (*1)	4,50%
	<b>TOTAL</b>	<b>10,24%</b>

#### CÁLCULO DO BDI (\*2)

$$\text{BDI} = \frac{(1 + (\text{AC} + \text{R} + \text{S} + \text{G})) (1 + \text{DF}) (1 + \text{L})}{(1 - \text{T})} - 1, \text{ onde:}$$

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

R = Taxa representativa de Riscos

S = Taxa representativa de Seguros

G = Taxa representativa de Garantias

DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras

L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração

T = Taxa representativa da Incidência de Tributos

PARA OS ITENS DE MERO FORNECIMENTO FOI ADOTADO BDI DE 16,8 %

CONFORME ACÓRDÃO 2622/2013 - TCU e considerando a CPRB(\*1)

(\*1) CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta): Alíquota definida pela lei 13.161/2015

(\*2) Fontes: Acórdão N° 2622/2013 - TCU - Plenário